

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES
ESCOLARES DO 1º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DE TONDA E LOBÃO DA BEIRA
- 2017/2018.** -----

----- No dia seis de dezembro de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do
Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara
Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato, com os seguintes
outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número
75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- João Pedro Ferreira Cardoso, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa
Maria de Viseu, Concelho de Viseu e residente na freguesia de Coração de Jesus, do
mesmo Concelho, com o NIF 197 266 207 e o cartão de cidadão número 09335300,
válido até 01/10/2020, emitido pela República Portuguesa e Victor Manuel de Sousa
Velooso, casado, natural de Angola e residente na freguesia de Tonda, Concelho de
Tondela, com o NIF 176 330 623 e o cartão de cidadão número 08471926, válido até
31/07/2019, emitido pela República Portuguesa, com poderes para outorgarem em
representação e na qualidade respetivamente de Presidente e Vice-Presidente da
Direção do Centro Social e Paroquial de S. Salvador de Tonda, com o NIPC 507 070
135 e sede na Rua Professor Júlio Adelino Fontes, nº 224, Covelo, freguesia de
Tonda, Concelho de Tondela, conforme verifiquei por cópia dos seus Estatutos

aprovados em quatro de novembro de dois mil e quinze e pela Ata de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da reunião de vinte e nove de outubro de dois mil e quinze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a dos segundos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos de identificação. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 26/10/2017, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 15/11/2017, ao Centro Social e Paroquial aqui representado pelos segundos outorgantes e após procedimento por Ajuste Direto, o Fornecimento de Refeições Escolares do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Tonda e Lobão da Beira – 2017/2018, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base submetida na plataforma em 13/10/2017, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 15/11/2017, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de dezoito mil euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor. -----

----- O preço referido no parágrafo anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público. -----

----- Este fornecimento tem início após a adjudicação e tem a duração de trezentos e vinte e um dias. -----

----- O presente contrato tem por objeto principal a confeção de refeições

escolares do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Tonda e Lobão da Beira. -----

----- São obrigações do segundo outorgante, as constantes do artigo 7º do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- As refeições serão servidas mediante encomenda prévia, de vinte e quatro horas, em relação à sua utilização. Quando não seja possível fazer a sua encomenda prévia, motivada pela ausência da criança, a encomenda deverá ser feita impreterivelmente, na manhã do dia da refeição até às nove horas e sempre que possível por escrito. -----

----- O pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. -----

----- Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

----- A faturação deverá mencionar a denominação do concurso e número sequencial de compromisso. -----

----- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contraentes podem resolver o presente Contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam para o Centro Social e Paroquial que aqui representam, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de treze por cento, no montante de dois mil trezentos e quarenta euros, é de vinte mil trezentos e quarenta euros. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em onze de outubro de dois mil e dezassete pelo Serviço de Finanças de Tondela, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em onze de outubro de dois mil e dezassete, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 88º do C.C.P., é dispensada a apresentação de caução. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-01-05, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 25053/2017, datado de 27/11/2017. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que este fornecimento terá execução no corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____

